

## OXÍMOROS, EVENTOS PRIVADOS E VIDEOTEIPE

Kester Carrara<sup>1</sup>

Exponentes do Behaviorismo Radical contemporâneo comentaram, recentemente [*The Behavior Analyst*, 2011, 34(2)], o já emblemático artigo de Baum (2011a) sobre os (ou contra qualquer papel dos) eventos privados na Análise do Comportamento. Este breve ensaio crítico, especialmente destinado aos interessados em questões teórico-epistemológicas behavioristas (e cuja versão inicial originou-se por ocasião do IV Colóquio do Instituto Carolina Bori (iCB), realizado em 28/5/2012, no Instituto de Psicologia da USP), é despretensioso em relação ao oferecimento de soluções para as questões apontadas no *target article* do professor Baum.

No entanto, pode cumprir a função de destacar a importância e a contemporaneidade dos problemas conceituais inerentes aos eventos privados, no contexto do Behaviorismo Radical. Enquanto resultado de uma primeira leitura do texto referido e daqueles dos seus comentadores, na mesma edição do *Behavior Analyst*, este ensaio – trocadilhos de terminologia não-behaviorista à parte, como na sequência se observará – transita entre os desafios da possibilidade de “tornar públicas” algumas “impressões”, “sensações”, “interpretações” do autor e, na mais otimista das hipóteses, algumas “convicções” e “sentimentos” que “marcaram sua mente” (ou seria mais prudente dizer: “que mudaram seu corpo, o qual, por sua vez e quase indiscutivelmente, inclui seu cérebro, a partir de interações texto-leitor no contexto de uma história prévia desse tipo de interação”?).

Convenhamos que não há qualquer solução conhecida que se mostre a um só tempo contemplada por parcimônia teórico-filosófica, quando contraposta à possibilidade concreta de aferição experimental do papel dos eventos privados nas ciências do comportamento. Apesar disso, rever algumas das passagens dos textos de Baum e seus comentadores e recuperar outras breves referências pode contribuir para que se possa chegar até o final deste texto tornando compreensível a escolha do seu título, mas, seguramente, sem oferecer qualquer decisão relevante e conclusiva sobre os impasses analisados. Senão, vejamos o panorama colocado por Baum (2011a) e seus comentadores.

Em nota (p. 185), o autor mencionado esclarece que o artigo é uma versão modificada de apresentação que fez na ABA em 1995. Considerando-se que o livro por ele próprio anunciado como didático teve sua primeira edição em 1994 (embora faça referência, no artigo, à edição revisada de 2005) e notando-se, adicionalmente, que a primeira edição brasileira teve lançamento por ocasião (1998) de encontro da Sociedade

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Bolsista de Produtividade do CNPq. UNESP - Campus de Bauru, SP.

Brasileira de Psicologia, em Ribeirão Preto (SP), parece possível considerar que o tema dos eventos privados e a proposta de um behaviorismo molar constituem tema perene e consistente da agenda acadêmica do autor há quase vinte anos.

Baum (2011a) recupera a metáfora segundo a qual o Behaviorismo Radical “restaura a introspecção”, no sentido de que, ao esquivar-se das críticas sobre o fato de que sua proposta negligenciaria a vida interior, Skinner elege os eventos privados enquanto objeto de estudo com status substantivo igual ao dos eventos públicos. Ou seja, sua constituição é tão física quanto a dos eventos abertos, com a ressalva de que não por serem privados possam ser considerados mentais. Para Baum, “na visão dos behavioristas radicais” (p. 185) eventos mentais parecem ocorrer num mundo interno e imaginário chamado *mente* e acabam nunca sendo encontrados e observados, de modo que são considerados objeto de ficções explanatórias sem papel consistente algum. Todavia, entende que os eventos privados (não necessariamente *mentais*), apesar de encontrados sob a pele, são considerados pelos behavioristas radicais do mesmo modo que os eventos públicos quanto à sua natureza.

O professor Baum (2011a) informa que “os behavioristas radicais”, ao rejeitarem o espaço interior que conteria os eventos mentais, distanciam-se do dualismo caro às versões modernas da *folk psychology*, para a qual pensamentos, sentimentos e imaginação permaneceriam para sempre íntimos e privados, enquanto as ações externas seriam passíveis de inspeção por outras pessoas. Para Baum, recuperando Skinner, a rejeição definitiva do dualismo substantivo interno-externo é o que “torna radical o Behaviorismo Radical” (p.186). O que pretende o autor, para além da posição antidualista do behaviorismo radical, é demonstrar que o papel dos eventos privados no behaviorismo é periférico e irrisório. Ou seja, o que quer Baum, entre outras coisas, é defender que os eventos privados, mesmo quando estímulos ou comportamentos, podem ter uma referência externa mais clara se examinados numa perspectiva temporal ampla que os referencia como uma extensão no ambiente externo.

Baum (2011a) ressalva não estar afirmando que os eventos privados não existem (p. 186), mas que eles (sejam eventos neurais, eventos na retina, eventos no ouvido interno, fala subvocal ou outros) são desnecessários na Análise do Comportamento, não exercem qualquer papel na explicação do comportamento e, portanto, constituem uma “distração desnecessária”, assim como são irrelevantes para a compreensão das funções comportamentais, ou seja, as relações entre organismo e ambiente. Distingue, como se reiterasse ampla literatura desde Ryle (1949), o *saber que* do *saber como*. Como o grande interesse científico da Análise do Comportamento se viabiliza mediante a identificação de funções, o autor sinaliza que, dentre todos os eventos privados, os estímulos e as respostas, em particular, são irrelevantes para a compreensão dos comportamentos em suas relações com o ambiente.

Baum revisa os principais pressupostos do dualismo, especialmente o de substância, recordando que este, embora rejeitado há muito tempo no contexto do estudo de relações entre variáveis na maioria das ciências, ainda se faz presente, ao menos no âmbito conjectural, em algumas áreas. Todavia, ao excluí-lo do behaviorismo no sentido da inviabilidade das relações de um mundo imaterial com um mundo material, sugere que tais relações estão, definitivamente, relegadas ao contexto não-empírico e constituirão, para sempre, um mistério. Trata-se, todavia, de inquirir se constituirão mesmo um mistério ou se, por princípio, *jamaiz* chegarão a constituir um mistério, na medida em que se toma como pressuposto que tais relações são impossíveis, embora possam constituir-se como interessantes distrações, hipóteses, devaneios e outros eventos privados?

No texto examinado, o autor enuncia a metáfora de uma “máquina antiprivativa” que, ao mostrar correspondência entre o pensar e o aparecimento do conteúdo pensado na tela de um monitor, sinalizaria o avanço tecnológico suficiente para instrumentalizar o estudo dos eventos privados. Por seu turno, Skinner (1982, p. 180-183) já salientara o fato de que a observação científica de eventos privados, se e quando acontecer, não necessariamente implicará que na vida cotidiana tais eventos passem a deixar de existir e ser privativos. Por isso, o simples pressupor que eventos privados existem, independentemente do grau de avanço tecnológico que chegue a possibilitar sua observação, exige do behaviorista que os inclua entre os eventos cobertos por uma filosofia e por uma ciência do comportamento. Esse é, talvez, o critério mais central para a divisão do Behaviorismo em Metodológico e Radical.

Outra questão crucial apontada por Baum para uma análise que considera irrelevantes os eventos privados está circunscrita à questão da extensão do comportamento no tempo. Argumenta que, por exemplo, a ocorrência da fala subvocal precisa ser considerada numa dimensão temporal ampla, como fluxo comportamental vinculado a padrões de comportamento público. Aí a sua invectiva contra qualquer papel pontual de eventos privados na explicação de relações comportamentais e daí sua proposta de um behaviorismo molar. Diz o autor: “The real solution to the problem of privacy is to see that private events are unnecessary to understanding behavior” (p. 197). E, na sequência, reitera quanto são desnecessários para uma compreensão científica do comportamento: “They might or might not exist, they are irrelevant. A complete account of behavior can be had without them” (p.197), completando, mais adiante: “...our understanding will not be incomplete due to the omission of private events, because private events are irrelevant; only public behavior matters to evolution and for all practical purposes” (p.197).

As conclusões de Baum (p.199-200) não são tão radicais quanto à primeira vista parecem. Ao final, sua sublevação contra a análise dos eventos privados enquanto eventos discretos concentra-se numa suposta substituição do procedimento de análise. Ou seja, quando consideramos os eventos públicos, pode-se conceber que “...uma vez que os eventos do passado são invisíveis no presente, mas foram públicos e observáveis no passado...” todas as inferências sobre eles são testáveis, diferentemente das inferências sobre os eventos privados. Para o autor, quando dizemos “...eu ouço música”, “...eu vejo vacas” ou “...meus pés doem”, a ciência explica essas declarações apoiada em eventos ambientais, como música, vacas e ferimentos; quando pronunciamos, por exemplo, “Eu vou pensar sobre o problema”, o mesmo deveria acontecer. Todavia, para Baum (2011a), olhar para essas ocorrências numa *escala temporal estendida* (e, não, “momentânea” ou “efêmera”) revelaria que os eventos privados discretos são irrelevantes. Nesse sentido, apenas considerar uma dimensão molar que inclui fluxo no decorrer do tempo, regressivamente nos remeteria, como quer Skinner, para “fora” do organismo. Ali, encontraríamos, via relações organismo-ambiente, a melhor descrição sobre *como* se estabeleceram as contingências para nossos pronunciamentos verbais, mesmo que sejam (até esta data) apenas observáveis na primeira pessoa do singular. Como resume Schlinger (2011a; 2011b), respectivamente no Editorial e na Introdução desse número do *Behavior Analyst*, para Baum a abordagem molar que interpreta o comportamento como estendido no tempo é a única estratégia viável para uma ciência do comportamento e, portanto, não há lugar para eventos privados em tal ciência. De certo modo, essa conjectura coloca-se em paralelo com o que já nos dissera Skinner em 1938 quanto ao “fluxo comportamental” que “imobilizamos” nas relações resposta-consequência, exclusivamente para efeito de

análise numa situação experimental. Videoteipe? Note-se que há extensa literatura qualificada recuperando as principais características dos eventos privados. Em português, também há diversos autores que tratam de modo bem qualificado do assunto. Para citar um, veja-se Ferreira, Tadalesky, Coelho, Neno e Tourinho (2010).

Ainda, na Introdução de Schlinger (2011b), uma questão proeminente é a de que não há consenso entre autor e comentadores sobre a questão da observabilidade. Em outras palavras, quais seriam os critérios para se determinar se um evento privado é inobservável momentaneamente ou se é inobservável definitivamente? Não se pode prever, com  $p=1$ , que um evento permanecerá acessível apenas à primeira pessoa, num tempo indefinido, como se profetizássemos a inviabilidade da “máquina antiprivativa de Baum” (apesar dos até aqui aparentemente vãos esforços de Okouchi, 2006, na direção da mensuração de eventos privados). Até porque, se consideramos que eventos privados são da mesma natureza que eventos públicos (ou seja, se consideramos o conteúdo estudado pelos analistas comportamentais como um conteúdo material e de único estofa), não há que duvidar de que apenas temos uma impossibilidade momentânea de aferir dimensões específicas dos eventos privados. Mas é possível que, ainda assim, com uma inacessibilidade *a princípio* (e não *em princípio*) não sejamos, em tempo algum, capazes de, descrevendo dimensões físicas dos eventos privados (nesse sentido, inobserváveis por outras pessoas), explicitar possíveis relações de dependência entre eventos privados e comportamento público. Isto porque, mesmo na hipótese de que, com o avanço da tecnologia, chegássemos ao tempo da “máquina de Baum”, ainda assim não “veríamos” relações comportamentais, mas veríamos “propriedades” físicas dos eventos. Do mesmo modo que, ao seccionarmos um cérebro, “vemos” nele apenas células e todo tipo de material biológico, mas não o próprio comportamento.

Parece que, inevitavelmente, a inacessibilidade dos eventos privados nos remete, coerentemente, para o mesmo lugar onde é possível encontrar as origens do comportamento público: o ambiente. Há argumentos, naturalmente, no sentido de que tal ambiente não implica, necessariamente, irmos “para fora” do organismo, se consideramos, por exemplo, que há certas condições biológicas (interoceptivas ou proprioceptivas) que funcionam como estímulos discriminativos e que permanecem “sob a pele”, constituindo, assim, também ambiente para alguns comportamentos. De qualquer maneira, Baum terá suas razões reconhecidas se interpretamos que esse “ir para fora” do organismo possa ser mais bem entendido como ir “para fora” do próprio âmbito do evento privado (ou de relações entre organismo e ambiente de que este participa), cuja natureza e propriedades se busca (com Ernst Mach) descrever e explicar. Desse modo, os dados experimentais já coligidos pela Análise do Comportamento sugerem que os três níveis de variação e seleção (filogenético, ontogenético e cultural) são instâncias adequadas para encontrarmos as origens de qualquer comportamento, independentemente de que seja público ou privado. O centro lógico do Behaviorismo Radical é único e uno: a seleção pelas consequências.

De maneira geral, exceto por Rachlin (2011), seu ex-orientador, parece ter havido certa resistência dos demais comentadores (Catania, 2011; Himeline, 2011; Marr, 2011; Palmer, 2011), nem tanto pela lógica explicativa de Baum, mas pelo que parecem considerar uma injustificável e metodológica eliminação dos eventos privados enquanto parte de qualquer forma de contingência. Nesse artigo, Baum verticaliza o mesmo padrão de análise já inaugurada em seu didático *Compreender o Behaviorismo* (2006), a saber: 1) eventos privados são eventos que não podem ser relatados por mais de uma pessoa; 2) a distinção público-privado tem pouca importância, em contraposição à distinção objetivo-subjetivo, como já teria demarcado Skinner (1945); 3) é pertinente a

crítica às teorias moleculares, que enfatizam eventos internos instantâneos, frisando contiguidade, em contrapartida a uma teoria molar; 4) mesmo que, por exemplo, pensamentos sejam eventos naturais, eles nunca causam o comportamento, no sentido de originá-lo; 5) o Behaviorismo Molar evitaria a necessidade de dar aos eventos privados uma relevância explicativa, concebendo o comportamento como organizado em categorias que ocorrem no transcurso de um tempo estendido.

Em artigo de revisão recente (Baum, 2011b), o autor antecipa sua posição atual, sustentando que, contrariamente à corrente defesa de alguns autores no sentido de que os eventos privados seriam participantes de uma *interpretação* completa do comportamento, tais eventos, rigorosamente, não desempenham papel algum na explicação do comportamento. Também antecipava, em relação ao *target article* do número 34(2) do *The Behavior Analyst*, que: 1) sua própria visão era a de que o problema poderia ser resolvido através da adoção do conceito de molaridade; 2) pensar e sentir deveriam ser incluídos numa abordagem behaviorista radical não como eventos privados, mas como padrões estendidos de comportamentos públicos (já que seriam modelados, quanto à sua intensidade – como “pensar alto”, por exemplo, ou o “penso isto, mas digo aquilo” – pelas consequências externas típicas do padrão público de seleção).

Apenas para situar momentos e autores distintos, em relação a aspectos diferentes, mas complementares sobre o tema, seja: (1) com Skinner (1982): “...Mas aquilo que é sentido ou observado introspectivamente não constitui parte importante da fisiologia capaz de preencher a lacuna temporal de uma análise histórica...”, seja (2) com Catania (1999): (a) comportamento encoberto não é observável, é apenas inferido; pode, também, ser um comportamento dentro do organismo, mas de tal modo ou em uma escala tão pequena que não é passível de registro ou é registrável apenas com equipamentos especiais; (b) ao contrastar, quanto à observabilidade, a diferença entre um ruído intenso e o incômodo de uma dor de dente (p.29), argumenta que “...eles diferem no sentido de que o ruído é público e a dor é privada; em outras palavras, o ruído pode ser ouvido por mais de uma pessoa, enquanto a dor de dentes pode ser sentida apenas pela pessoa que tem o dente afetado”. Isso constituiria um problema “se insistíssemos em que todos os estímulos tivessem que estar fora do organismo, mas se existissem receptores apropriados, não teríamos razão para excluir, como estímulos, partes importantes do mundo que estariam dentro da pele do organismo”; seja (3) em Friman, Wilson & Hayes (1998), onde os autores, ao comentarem crítica à sua teoria da estrutura relacional, avaliam que, embora a expressão *pensar* se origine da linguagem leiga, na qual remete a uma condição mentalista, constitui tarefa do behaviorista procurar explicar o fenômeno enquanto comportamento, buscando descrever a quais objetos e relações o termo se refere.

Retomando a resposta de Baum (2011c) aos comentários, alguns aspectos sobressaem: 1) eventos privados significam, por definição, inobservabilidade por outrem; 2) o ponto central dos argumentos que apresentou é o fato de que, seja o caso de eventos privados, seja o caso de uma alma, nenhum deles tem lugar numa ciência do comportamento, pela “simples razão” de que ambos não podem ser mensurados – note-se, todavia, que alguns eventos privados assim podem constituir-se acidentalmente e que, em algum tempo futuro, poderão vir a ser mensurados; além disso, eventos privados têm sido postulados predominantemente como comportamentos e não como causas destes; por outro lado, a *alma* é uma expressão mentalista, tão privada como os demais eventos privados, a diferença estando no fato de que não é suscetível de aferição por ser concebida como imaterial e, nesse sentido, nem em tese revelaria uma teórica

possibilidade de vir a ser mensurada em qualquer ocasião futura; 3) Quanto às já citadas críticas de Palmer (2011) e Marr (2011), os comentários finais de Baum (2011c) são no sentido de considerar que eles “repetem o mesmo *nonsense*” de Skinner, no sentido de que os eventos privados são iguais aos eventos públicos, exceto pelo fato de que são privados, justificando sua avaliação dessa falta de senso pelo fato de que não poderemos nunca saber se eles são mesmo iguais aos eventos públicos, justamente porque são privados e a eles não temos acesso. Nesse sentido, admite que é exatamente o fato de que sejam privados o cerne do problema. Para consubstanciar seu ponto de vista, utiliza-se de um exemplo paralelo: “This fake diamond is just like a real diamond, except that it is fake”, o que, convenhamos, não é uma comparação de todo justa, já que o que se quer dizer com a primeira afirmação, sobre eventos privados, é que eles possuem uma dimensão material igual, enquanto no caso dos diamantes, o fato de que tenhamos um diamante falso nos diz, exatamente, que ambos são distintos: o falso apenas imita a natureza do verdadeiro, mas sua composição física é (com aferição técnica viável) diferente; 4) ao condenar Hineline e Palmer por sua interpretação supostamente equivocada da diferença entre o que é observado e o que é observável, arremete a ironia metafórica de considerar tal interpretação um oxímoro: “Environmental events are, by definition, observable; the phrase *private environmental event* is an oxymoron”, ou seja, é paradoxal. O fato de que eventos hoje privados possam, em algum tempo, ser objeto de observação por alguma nova tecnologia poderá mudar sua condição para eventos ambientais “agora públicos, porque observáveis em situações experimentais controladas”, ainda que não mudem sua condição coloquial em face dos mortais sentidos básicos com que outra pessoa tenta identificar as características dos eventos privados de outrem; 5) no entanto, Baum parece terminar sua resposta aos comentaristas de forma lacônica e reiterativa dos principais conceitos correntes em relação aos eventos privados, embora tente, vagamente, esboçar uma condição utópica: “A culture could well exist in which no one spoke of believing or desiring, but in which people only spoke of repeated actions as characteristic of individual or groups” (p. 200).

Talvez possamos avançar, no sentido de melhor conhecer seu funcionamento, em direção a tal condição utópica. No entanto, talvez esteja aí uma boa oportunidade para separar o meticuloso trabalho científico recomendado por Mach (com seu “descrever é explicar”) da nossa condição particular de “*pessoas* que são *cientistas*”. Se bem que a cultura cogitada por Baum possa um dia existir, é bom que nossa memória cultural preserve uma parte do nosso mundo privado atual, no qual ainda devaneamos, controlados por reforçadores complexos cuja natureza e origem temos dificuldade em descrever “cientificamente”, ao ler um pequeno trecho literário como o seguinte:

“Como é por dentro outra pessoa  
Quem é que o saberá sonhar?  
A alma de outrem é outro universo  
Com que não há comunicação possível,  
Com que não há verdadeiro entendimento.  
Nada sabemos da alma, senão da nossa.  
As dos outros são olhares,  
São gestos, são palavras,  
Com a suposição de qualquer semelhança no fundo”.

Fernando Pessoa (Lisboa, 1934).

## Referências

- Baum, W. M. (2006) *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. (2ª edição) Porto Alegre: Artmed.
- Baum, W. M. (2011a) Behaviorism, private events, and the molar view of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 185–200.
- Baum, W. M. (2011b) Evasion, private events, and pragmatism: a reply to Moore's response to my review of conceptual foundations of radical behaviorism. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 95(1), 141-144.
- Baum, W. M. (2011c) No need for private events in a science of behavior: Response to commentaries. *The Behavior Analyst*, 34(2), 237–244.
- Catania, A. C. (1999) *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artmed.
- Catania, A. C. (2011) On Baum's public claim that he has no significant private events. *The Behavior Analyst*, 34(2), 227–236.
- Ferreira, D. C., Tadalesky, L. T., Coelho, N. L., Neno, S. e Tourinho, E. Z. (2010) A interpretação de cognições e emoções com o conceito de eventos privados e a abordagem analítico-comportamental da ansiedade e da depressão. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(2), 70-85.
- Friman, P. C., Wilson, K. G., Hayes, S. C. (1998) Behavior Analysis of private events is possible, progressive, and nondualistic: a response to Lamal. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31(4), 707-708.
- Hineline, P. N. (2011) Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221–226.
- Marr, M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy? *The Behavior Analyst*, 34(2), 213–219.
- Okouchi, H. (2006). An experimental analysis of another privacy. *The Psychological Record*, 56, 245-257.
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 201–207.
- Pessoa, F. (1990) *Poesias Inéditas (1930-1935)*. Lisboa: Ática. (Original de 1955).
- Rachlin, H. (2011). Baum's private thoughts. *The Behavior Analyst*, 34(2), 209–212.
- Ryle, G. (1949) *The concept of mind*. Chicago: University of Chicago Press.

Schlinger, Jr., H. D. (2011a) Editorial. *The Behavior Analyst*, 34(2), 133-136.

Schlinger, Jr., H. D. (2011b) Introduction: private events in a natural science. *The Behavior Analyst*, 34(2), 181-184.

Skinner, B. F. (1938) *The Behavior of Organisms: an experimental analysis*. New York: Appleton.

Skinner, B. F. (1945) The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 268-277.

Skinner, B. F. (1982) *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix-EPU. (Original publicado em 1974).

**Endereço para correspondência:**

Kester Carrara

Departamento de Psicologia

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

UNESP - Campus de Bauru, SP

E-mail: [kester.carrara@terra.com.br](mailto:kester.carrara@terra.com.br)

Recebido em: 05/10/2012.

Aceito para publicação em:28/12/2012.